

DO SENTIDO DA COLONIZAÇÃO À MOEDA COLONIAL: ILMAR LEITOR DE CAIO PRADO JR**FROM THE MEANING OF COLONIZATION TO COLONIAL CURRENCY: ILMAR READER OF CAIO PRADO JR** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.012-008>**Vânia do Carmo Rocha**

Professora Docente 1 da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde realiza atualmente o Pós-doutoramento.

E-mail: vaniadocarmorochoa@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3605-9055>

RESUMO

Este texto tem por objetivo analisar como Caio Prado Junior foi lido pelo historiador Ilmar Rohloff de Mattos em sua obra *O Tempo Saquarema*, explorando suas contribuições e como o “sentido da colonização” de Prado Jr se configurou no duplo processo analisado por Mattos, o de formação da classe senhorial e o de construção do Estado Imperial. Ambos os processos foram operados pelos Saquaremas, grupo político associado ao Partido Conservador, circunscrito no entorno do Vale do Paraíba e vinculado aos setores da agroexportação cafeeira. Veremos que o “sentido da colonização” acabou sendo também o “sentido do império”, de modo que os aspectos de permanência das estruturas coloniais deram o tom da ação saquarema no intento de assegurarem seus monopólios. Do mesmo modo que a compreensão e análise dos processos políticos e sociais do Brasil do século XIX se sustentou em muito do que fora explicitado em *O Tempo Saquarema*, para o entendimento de Mattos do dezenove brasileiro, os estudos de Prado Jr. sobre o chamado período colonial foram fundamentais para sua articulação.

Palavras-chave: Caio Prado Jr; O Tempo Saquarema; Sentido da colonização; Moeda colonial; Estado Imperial.

ABSTRACT

This text aims to analyze how Caio Prado Junior was captured by historian Ilmar Rohloff de Mattos in his work *O Tempo Saquarema*, exploring his contributions and how Prado Jr.'s “sense of colonization” was configured in the dual process analyzed by Mattos, that of the formation of the lordly class and that of the construction of the Imperial State. Both processes were operated by the Saquaremas, a political group associated with the Conservative Party, circumscribed in the surroundings of the Paraíba Valley and linked to the coffee agro-export sectors. We will see that the “sense of colonization” ended up also being the “sense of empire”, so that the aspects of permanence of colonial structures set the tone for Saquarema action in the attempt to secure their monopolies. Just as the understanding and analysis of the political and social processes of 19th-century Brazil was based on much of what was explained in *O Tempo Saquarema*, for Mattos' understanding of the Brazilian nineteenth century, Prado Jr.'s studies on the so-called colonial period were fundamental to its articulation.

Keywords: Caio Prado Jr.; O Tempo Saquarema; Meaning of colonization; Colonial currency; Imperial State.



1 INTRODUÇÃO

A obra *O Tempo Saquarema*, livro que resultou da tese de doutoramento de Ilmar Rohloff de Mattos defendida em 1985, apresenta em sua narrativa um diálogo e apreensão de uma historiografia sumariamente significativa da década de 1970, mas não negligencia a historiografia das décadas anteriores. Nesse sentido, os textos de Caio Prado Jr são fundamentais para a composição contextual desenhada por Mattos ao traçar a passagem do século XVIII para o século XIX em suas implicações econômicas e sociais. Mais especificamente *Evolução Política do Brasil* (original de 1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (original de 1942). Neste texto, pretendo apresentar como Caio Prado Jr aparece em *O Tempo Saquarema*, sobretudo como sua noção de “sentido da colonização” contribui para tese de Mattos, para a partir daí pensar nas possibilidades de aproximação e distanciamento entre esses dois autores. Como um ensaio que se debruça sobre a escrita da história, num primeiro momento será feita uma circunscrição da obra de Mattos, em seguida Caio Prado Jr e sua obra serão contextualizados, para depois apresentar como Caio Prado aparece no livro de Mattos.

2 SOBRE O TEMPO SAQUAREMA

Apoiado em uma historiografia mormente marxista, em *O tempo Saquarema*, Mattos, ao objetivar compreender e relacionar os processos que levaram a construção do Estado imperial e a formação da classe senhorial, concebe que essa construção se deu por meio de uma “intervenção consciente e deliberada de uma determinada força social, a qual forja a si própria como dirigente no movimento dessa intervenção” (Mattos, 2011, p. 14), os Saquaremas. Apoiando-se na ideia de manutenção de uma Ordem e da difusão de uma Civilização, os Saquaremas exerceram um papel fundamental na manutenção da escravidão e do monopólio de uma minoria privilegiada sobre a terra, impuseram uma noção de tempo que organizava o passado colonial e o presente civilizado, passado e presente se ligavam a partir da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Mas, pensar as ações dos Saquaremas no sentido de uma afirmação de valores e práticas políticas conduzem, conclui Mattos, a refletir sobre a própria condição do Estado e sua relação com os diferentes grupos sociais, e como existem aspectos de continuidade em relação a nosso tempo, aspectos relacionados às desigualdades sociais e políticas, a uma cidadania restringida (e por vezes, inexistente) e a uma presença forte do Estado (Mattos, 2011, p 293-300). Mattos elabora sua tese a partir de uma bibliografia, em sua maioria, nacional. Suas diretrizes conceituais se assentam em Antônio Gramsci, Edward P. Thompson e Eric Hobsbawm – seja para pensar o papel da Coroa, a formação da classe dirigente ou para inserir o Brasil no contexto das transformações macroeconômicas, sua bibliografia de referência é notadamente marxista.

Mattos entende que a classe dirigente brasileira não possuía homogeneidade ideológica e política (Mattos, 2011, p. 105), mas foi marcada por disputas e o estabelecimento de hierarquias internas. A escolha



da monarquia como sistema político se deu por processos de transformações políticas e sociais advindas da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. Desta forma, o processo de formação da classe dirigente se deu concomitantemente à formação do Estado, e para explicar esse percurso Mattos remonta às relações entre a colônia (Brasil) e a metrópole (Portugal) até o início do século XIX, lançando luz ao surgimento de uma elite colonial assentada na propriedade da terra, mas que à época joanina irá se fundir com a elite burocrática/política portuguesa nas áreas de insurgente cultivo do café. Quando da emancipação brasileira, principalmente nos anos subsequentes às Regências, uma nova forma de relação é estabelecida entre o Brasil e a Europa (sobretudo, Inglaterra e França) haja vista o café paulatinamente se configurando no principal produto econômico nacional. Nesse processo, a classe dirigente vai se forjando a partir das zonas de produção cafeeira – trata-se de uma elite a priori econômica, e por conseguinte política, que dará forma e ação para o Estado (Mattos, 2011, p. 103).

3 CAIO PRADO JR EM CONTEXTO

Foi em 1967 que Antônio Cândido pôs Caio Prado Júnior ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre na trindade que se convencionou chamar de “geração de 30”, desde então esses autores se tornaram referências interpretativas da história do Brasil, isso porque, segundo Cândido, “o interesse na análise da trajetória intelectual dessa trindade ‘brasileira’ se prende tanto ao conteúdo substantivo de suas obras quanto àquelas dimensões cambiantes com que se defrontava o mercado intelectual da época” (Cândido, 1967). As especificidades desses autores frente à produção de sua época é que lhes darão o destaque evidenciado por Cândido. Para o que nos interessa aqui, a trajetória de Caio Prado Jr perpassa um cenário que não pode ser ignorado quando refletimos sobre sua obra.

Nascido em 1907, filho de uma família afortunada, Caio Prado Júnior recebeu a educação que cabia aos filhos dos fazendeiros de café de São Paulo, voltada para o empenho dos negócios familiares e para o exercício do poder, como nos conta Levi (1977). No entanto, entre os anos de 1920 e 1945 o cenário de crise econômica implicou numa decadência social de parte dessa elite cafeeira, promovendo um deslocamento de interesses para oportunidades na esfera do Estado e no crescente mercado de bens simbólicos, por isso sua trajetória consiste em galgar uma posição social num campo de poder bem específico, o campo intelectual (Venancio Filho, 1977, p. 273). Estudou com governantas vindas do exterior e no tradicional Colégio São Luís, após um ano de estudo na Inglaterra, ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde, entre os anos 1924 e 1928 deu continuidade à sua formação e também teve início sua atividade política. Torna-se bacharel aos 21 anos e ingressa no Partido Democrático (PD), pelo qual participa da Revolução de 1930. Mais adiante, decepcionado com o curso da revolução, adere ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1931 no qual inicia uma trajetória que o levaria a ser considerado



um dos intelectuais mais atuantes politicamente, o que lhe rendeu viagens, prisões, exílios e perseguições políticas.

Sua atuação no PCB lhe deu condições para a formulação de *Evolução Política do Brasil* (1933), sua primeira publicação e contribuição pioneira de uma interpretação materialista da história brasileira. Para além das ovações dadas à excepcionalidade da transição do PD para o PCB¹, o percurso de Caio Prado se insere num contexto de desemprego conjuntural que alcançou os bacharéis na década de 1930. Esse cenário propiciou a proliferação de intelectuais concorrentes ideológicos que se empenharam na salvação política do país (como integralistas, católicos, comunistas) (Miceli, 2001, p. 118) Se antes da Primeira Guerra Mundial o jovem de esquerda no Brasil era o operário imigrante anarquista, no período subsequente era o intelectual de família tradicional decadente (Rodrigues, 1996 p. 385-386). Por isso a imagem construída de Caio Prado como o comunista refinado que rompeu heroicamente com sua classe e permaneceu sem prestígio no PCB deve ser repensada, pois suas escolhas e renúncias se assemelham a de tantos outros de sua condição que, como resultado de uma iminente desclassificação social, aproveitaram as oportunidades que restavam.

Dentro do PCB, Caio Prado assumiu posições heterodoxas diante das interpretações oficiais, por isso ocupou tarefas de direção no partido. Participa, em 1935, ativamente da Aliança Nacional Libertadora (ANL), aliança entre os grupos de esquerda frente ao fascismo e ao governo de Vargas, assumindo o posto de vice-presidente da seção paulista. Posta na ilegalidade, a ANL é dissolvida e suas lideranças são presas, o que rendeu a Caio Prado dois anos de reclusão. Em 1937 pede exílio para França, onde avança na formulação do que seria publicado em 1942 com o título de *Formação do Brasil Contemporâneo*, livro que seria parte de um projeto de quatro tomos voltados para etapas da história do Brasil. Ao retornar da França em 1939, diante da ilegalidade do PCB, Caio Prado se dedica a produção editorial, e funda, junto a seu pai e outros sócios, a Editora Brasiliense em 1943. Nesta mesma editora publica em 1945 sua *História Econômica do Brasil*. Em 1947 é eleito deputado estadual por São Paulo, sendo três meses depois cassado no governo Dutra.

Em 1954 concorre à cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, ele não leva o cargo (dificilmente a faculdade abrigaria um professor comunista), mas ganha o título de livre-docente. No ano seguinte funda a *Revista Brasiliense*, revista que teve sua constante colaboração e que foi transformada em um círculo de influência da cultura comunista, sem se prender às teses oficiais do PCB. Com a ditadura civil-militar em 1964 a revista é encerrada, e desde então mergulha

¹ Ocorre quase uma unanimidade entre os biógrafos e comentadores de Caio Prado Jr de que a decepção com o PD o levaria ao marxismo. No entanto, essa decepção, aparentemente se deu muito mais pela falta de estrutura para trabalhar no PD do que por questões ideológicas (PRADO JR, 1981, p. 304-305).



num ciclo de perseguições políticas, viagens, exílios e prisões. Retira-se da vida pública em 1980 quando adoece de Alzheimer. Falece em 1990.

3.1 CAIO PRADO JR NO *TEMPO SAQUAREMA*

As primeiras e mais significativas referências à Caio Prado Júnior aparecem na obra de Mattos para tratar dos aspectos de continuidade socioeconômicos na passagem do cenário colonial para a formação do Estado Imperial, sobretudo no que se trata da “Moeda Colonial”. Mattos fala das relações que permeavam o pacto colonial, como uma moeda o pacto possuía duas faces: a face metropolitana e a face colonial. Assim, Prado Jr. é citado para explicar como as colônias eram estabelecidas em proveito da Metrópole, de modo que as relações mercantis é que conferiam o “sentido da colonização”, já que:

Surgindo como desdobramento da expansão marítima e comercial, a colonização portuguesa na América assumiu caráter essencialmente comercial. [...] A colonização implicava a intervenção direta no âmbito da produção, e a *grande lavoura* da cana-de-açúcar seria sua primeira efetivação; uma produção subordinada aos interesses mercantis[...] (Mattos, 2011, p. 31)

Mas Mattos deixa claro que é preciso ir além do destaque ao caráter mercantil da colonização, é preciso destacar o que há de específico ao contexto colonial até o século XVIII, essa especificidade está no *monopólio*. Na “Moeda Colonial” a “cara” é a face metropolitana, representada pelo Reino (ou Estado Moderno), já a “coroa” é face colonial, representada pela Região, sendo que esta última não pode ser pensada isoladamente, mas guarda particularidades. Mattos desenvolve sua narrativa para refletir sobre a conformação social nos tempos colonial do Brasil, e a partir daí desenvolver como a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808 repercutiu nessa conformação, e como a partir da emancipação de 1822 vai ocorrer o que ele chama de “Restauração da Moeda Colonial”, segundo o qual o antigo pacto colonial é reconfigurado sob um novo viés: na face da “cara” o lugar do Reino Português cede lugar às nações civilizadas, mais especificamente, Inglaterra e França; enquanto na face da “coroa” o lugar da região cede para a Coroa brasileira. (Mattos, 2011, p. 80).

Segundo Caio Prado em sua explicação sobre o ‘sentido da colonização’, foi da expansão marítima portuguesa que se originou a colonização brasileira. Uma expansão dirigida por uma burguesia mercantil que surgiu de um processo precoce de unificação nacional, e que se lança em busca de uma rota marítima para o comércio com o Oriente. Nas terras descobertas por Cabral em 1500 não foram encontradas na região litorânea riquezas de imediato. Três décadas depois o empreendimento pela colonização e exploração do território americano pelos portugueses se deu pela implantação das Capitânicas Hereditárias, através das quais se entregava à iniciativa privada a solução da colonização, livrando a Coroa dos encargos da ocupação (Prado Jr, 2011, p, 7). Com a insuficiência das Capitânicas Hereditárias, é implantado em 1554 o Governo Geral. A partir daí começa o que Caio Prado chamou de grande exploração, nesse regime, mais importante



que a posse da terra, era a disposição de capitais para explorá-la em grande escala para produzir mercadorias em grandes volumes para abastecer o mercado europeu. Para atingir aos objetivos propostos eram necessários volumosos capitais para viabilizar a exploração da propriedade fundiária. Logo, o acesso à terra se dá pelo montante de capital, o que dá um perfil absolutamente distinto da colonização brasileira do modo de produção feudal. (Prado Jr, 2011, p. 10).

Para Caio Prado a falta de mão de obra portuguesa para por a efeito a empreitada da colonização, e considerando a inabilidade indígena para o labor nas lavouras, a opção pela mão de obra escrava negra viabilizou a grande exploração ao reduzir os custos da produção e permitir o controle de diversos mercados de gêneros agrícolas. A escolha pela mão de obra escrava gerou reflexos consideráveis na estrutura social do Brasil, limitando seu desenvolvimento, pois erigiu-se uma estrutura social correlata a uma economia pouco diversificada e voltada para os interesses do mercado europeu. Dessa estrutura social duas classes se destacaram na disputa política da colônia, os grandes proprietários de terras e a burguesia mercantil portuguesa (Prado Jr, 2011, p. 11) O sentido da colonização é comercial e se insere no processo de expansão marítima europeia, daí se origina a formação social brasileira.

Ao usar a distinção das colônias de povoamento das colônias de exploração, Caio Prado se vale de características geográficas e climáticas que determinam a produção de gêneros agrícolas. No caso da América do Norte, o clima não possibilita a produção em grande escala de gêneros agrícolas com adesão e valor no mercado europeu, por isso mesmo os colonos que se destinaram a esses locais o fizeram por questões sociais (como os cercamentos dos campos) e religiosas (perseguições) (Prado Jr, 2011, p. 24) Nessas colônias, portanto, o vínculo da colonização com o comércio externo existe, mas não determina a estrutura social.

Diferente do que ocorre nas colônias de exploração, já que por se localizarem nos trópicos têm condições de produção de gêneros não produzidos na Europa e assim tem alto valor comercial. Por isso os colonos que se dirigiram às terras brasileiras tinham por objetivos obter lucros com a produção, e não constituir uma nova sociedade. Desta forma, em seu conjunto, tomada no plano mundial e internacional, a colonização nos trópicos adquire contornos de uma empresa comercial, com complexidade maior que as antigas feitorias, mas com as mesmas intenções de exploração dos recursos naturais de um território virgem em favor do comércio europeu (Prado Jr, 2011, p 28). Toda atividade econômica desenvolvida na colônia se guia pela lógica do sentido da colonização.

O recurso a Caio Prado ocorre, na maioria das vezes, para transpor ou complementar explicações referentes ao cenário econômico nacional. Por isso mesmo, a explicação que opera o “sentido da colonização” dá sustentação à argumentação de Mattos por ele considerar que é diante da sequência desses contextos – de predominância dos interesses mercantilistas (que prevaleceu até o final do século XVIII), de crise do Sistema Colonial (até início do século XIX), e de reconfiguração econômica para atender aos



interesses do capital inglês, principalmente, do francês também (a partir de meados do século XIX) – que a classe senhorial vai se formar e se perceber como tal. Logo, Mattos não foge ao padrão explicativo marxista que entende as estruturas sociais como parte de uma superestrutura econômica. Por isso, também, as referências constantes a Eric Hobsbawn.

Ao destacar a importância da atividade agrícola para as relações entre a colônia e Portugal, Mattos diz que:

[...] fora por meio da atividade agrícola que a moeda colonial alcançara sua mais acabada efetivação no quadro da colonização portuguesa na América, enriquecendo colonizadores e gerando colonos; era por meio da atividade agrícola cafeeira que a moeda colonial encontrava sua melhor possibilidade de restauração, integrando os interesses do novo colonizador inglês aos dos colonos transmutados em cidadãos, particularmente os ligados à expansão cafeeira. (Mattos, 2011, p. 48).

Sendo fundamental para o estabelecimento e restabelecimento da moeda colonial, a atividade agrícola voltada para a monocultura operava como agente integrador do Brasil no cenário econômico capitalista mundial, seja diante do capitalismo mercantil, seja diante do capitalismo industrial. Para Mattos a agricultura realizada pelo europeu nos trópicos é para Caio Prado expressão imediata do “sentido da colonização”, já que ele “nos fala da *grande lavoura*, uma das manifestações da grande unidade produtora que distingue o empreendimento colonial[...]” (Mattos, 2011, p. 49), sobretudo porque desse tipo de estrutura – que agrega áreas extensas e grande quantidade de trabalhadores, cuja exploração em larga escala como uma usina apresenta-se tanto com organização coletiva do trabalho, como com mesmo especializações – originou-se, prossegue Mattos, citando Caio Prado, toda a estrutura do país através da disposição das classes e das categorias da população.

Desde *Evolução política do Brasil*, Caio Prado Jr já alertava:

Os historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos – expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governos e governantes; invasões ou guerras – esqueceram quase que por completo o que se passa no íntimo da nossa história de que esses acontecimentos não são senão um reflexo exterior (Prado Jr, 1994, p.38)

Nesse alerta lançado em 1933 já é perceptível que a noção de sentido de colonização, cunhada em sua mais importante obra, *Formação do Brasil Contemporâneo*, dá substância para sua concepção de prática historiográfica. Sua interpretação da história do Brasil é entrecortada por essa noção. A própria imaturidade da formação social brasileira, a mesma imaturidade que impedia a coesão da população (seja escrava; livre; camadas médias e inferiores) era resultante de uma estrutura social voltada para os interesses econômicos externos. (Prado Jr, 1994, p. 67-68)

O sentido da colonização explica, portanto, a vida material e social da colônia, concebida como via de fornecimento de recursos materiais para atender aos interesses do mercado europeu. Esse é o substrato



do sistema colonial – entendido como o conjunto estruturado de relações políticas, econômicas e sociais estabelecidas entre a metrópole e a sua colônia que, postas em funcionamento, engendram contradições entre esses dois polos interdependentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do diálogo entre duas obras consideradas canônicas para a historiografia brasileira – a saber, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *O Tempo Saquarema* – percebe-se duas propostas historiográficas distintas. Na primeira a escrita da história subordina a síntese em detrimento da minúcia, procedimento que se expõe na noção de sentido da colonização. Na segunda a minúcia é fundamental para explicar a síntese, o que se evidencia na articulação de Mattos ao pôr em consonância aspectos de continuidade e de ruptura na conformação social brasileira do século XIX. Mesmo com ênfases à períodos distintos, a leitura que Ilmar de Mattos faz de Caio Prado é fundamental para a composição de sua tese. O surgimento dos Saquaremas enquanto classe dirigente e a consequente imposição de uma interpretação do tempo brasileiro a partir dos ideais civilizatórios resultam de um entendimento de que os fatores externos ao Brasil é que lhe dão sentido. Almejar ser como as nações civilizadas da Europa foi um dos recursos usados e propagadas pelos Saquaremas para efetivação de uma ordem. Doravante os aspectos econômicos dos Oitocentos transparecessem uma continuidade de dependência quanto ao mercado europeu, tão nítido para Mattos quanto a restauração da moeda colonial, os aspectos sociais acentuam a manutenção de monopólios e corroboram para a formação de um Estado que, por se firmar como ordenador social, amplia suas atribuições e fortalece seu poder.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, A. Prefácio (1967). In: *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LEVI, D. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.

MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. 6º edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2011.

MICELI, S. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume 1. São Paulo: Sumaré, 2001.

PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

RODRIGUES, L. M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, B. (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

VENANCIO FILHO. A. *Das arcadas ao bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva, 1977.